

Conselho do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

Biênio 2011-2013 Reunião Ordinária

Ata n.º 63 do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne sob a Presidência da conselheira Emilene Rovetta da Silva, aos 13 dias do mês de outubro de 2011, às 15:30 horas, no Auditório da Câmara Municipal para reunião extraordinária. **Estavam presentes os seguintes conselheiros:** 1) Emilene Rovetta da Silva e Débora Maria Moura Carias, SEMGES; 2) Delandi Macedo e Fabiana Ramos Dias Caçador, SEMMA; 3) Luiz Rogério Ramos Casaes, SEMDEC; 4) Marco Antonio Carvalho de Oliveira, SEMAG; 5) Joaquim Neiva de Rezende Junior, SEMAC; 6) Antônia Marcela Minto, SEMUTHA; 7) Paulo César dos Santos, SEMO; 08) José Alexandre Cheim Sader, CÂMARA MUNICIPAL; 09) Fábio Corrêa Gonçalves, IDAF; 10) Leandro Vianna Silva Souza, IFES; 11) Luiz Carlos de Oliveira Silva e Yuri Gagarin Sabino, AGERSA; 12) Higner Mansur, OAB; 13) Aguinaldo José Grillo e Amarildo Siqueira de Oliveira, SINDIMARMORE; 14) Jairo de Freitas Di Giorgio, SINDUSCON; 15) Carlos Heugênio Duarte Camisão e Ronio Linhares de Oliveira, CREA; 16) Isabela Romaneli Garschagem e Roney Falqueto, SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE; 17) Ruberval da Silva Rocha, ACISCI; 18) Flávio Figueiredo Fricks e Carlos Roberto Rabelo, ADESA; 19) Jacques Douglas Dansi, ASCOSUL; 20) Marcos Antônio Lemos Fabre, ACEEL. 21) Chrispiniano Francisco dos Reis, CETEMAG e 22) Laudemir Rangel Rodrigues, FAMMOPOCI. **Ausentes os representantes da DIOCESE, ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES CORONEL BORGES, e DEFESA SOCIAL.** Ausente com justificativa: **SEBRAE, ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS e SEMDURB.** A **Presidenta Emilene** inicia a reunião com verificação de quorum e em seguida faz os informes iniciais e agradece pela presença de todos. Coloca em votação o primeiro ponto da pauta sobre a aprovação das atas nºs 60, 61 e 62, que são aprovada com 14 votos favoráveis e 01 abstenção. Em seguida apresenta o segundo ponto da pauta referente a Comissão para acompanhar o Projeto de Lei sobre EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança), junto à PGM. **Presidenta Emilene** esclarece sobre a necessidade de aprovar esse projeto de lei na Câmara Municipal e informa que as conselheiras Isabela e Débora participaram desse estudo para posteriormente ser transformada em projeto de lei. Eu gostaria que as conselheiras explicassem para os novos conselheiros do que se trata esse estudo, porque nós precisamos acompanhar e exigir que esse projeto tenha andamento. Se necessita de algumas alterações. Eu não sei o que está emperrando. Se há alguma dúvida na PGM. Será que nós podemos ajudar? Esse conselho tem capacidade técnica? Porque está na PGM desde 2009 e Cachoeiro precisa dessa regulamentação. Muitos projetos de obras são aprovados, mas a gente não tem esse estudo de vizinhança. Quais são os impactos que não tem esse estudo de vizinhança, quais os impactos que essas obras trazem para Cachoeiro? Isabela pode falar um pouquinho pra gente? E logo em seguida podemos fazer uma comissão. Não há necessidade de serem cinco pessoas, pode ser até de três para não haver muito tumulto. Para que possa ir a PGM para acompanhar e ver se eles estão precisando de alguma ajuda. **Conselheira Isabela** explica que: Na época trouxemos o estudo de impacto de vizinhança para o conselho. O EIV tem como intenção o seguinte: Quando uma empresa de grande porte se instala na cidade e que seja permitido seu uso, porque o primeiro ponto é que o PDM permita a atividade naquele local, mas que por ter grande porte e causar grande impacto de vizinhança, seja feita uma análise de qual seria o nível de im-

pacto que causaria. Até para ver se isso seria inviável para aquela situação ou para ver se seria permitido baseado em algumas adequações que seriam feitas para aquela rua. Se aquele local admite o empreendimento. Então na verdade seria um estudo onde a Prefeitura emitiria um tipo de questionário multidisciplinar, onde a empresa interessada em construir naquela região iria responder aquele questionário todo. Fazer uma análise aprofundada em cima daquilo, que tramitaria na Prefeitura, no Conselho do Plano Diretor e até mesmo passaria por audiência pública, que dependendo da situação seja fechada essa análise e poderia em alguma circunstância até ser vetada a construção ou a localização do empreendimento em função disso. Só que na época, eu me lembro que foram sugeridas algumas modificações aqui pelo conselho e daí foi para a PGM e de lá ficou. Me lembro que foi pedido de volta, oficialmente. **Presidenta Emilene:** Confirmando que foi feito o pedido. Tem vários ofícios encaminhado pela Secretaria, pedindo informações à PGM sobre o trâmite. Nós ainda não temos informação. Precisamos de uma comissão para averiguar. Se precisa de algum apoio. A dúvida é se esse estudo passou pelo conselho. **Conselheiro Higner Mansur:** Eu tenho a impressão que nós aprovamos tal qual veio do município. Teríamos que olhar na ata anterior. Eu entendi que a gente deveria apreciar em bloco. Porque o projeto realmente era bom. Acho que ninguém pediu de volta. Nós aprovamos, mas isso teria que ver nas atas e se aprovamos, acho que deveríamos pedir a PGM para dar o prosseguimento, porque do jeito que veio, salvo engano, da Prefeitura nós aprovamos e voltou. Quer dizer, o que eles estudaram, voltou para estudar outra vez. Se for isso, acho que podia soltar de lá mesmo, porque aprovado eu tenho quase certeza que está. **Presidenta Emilene:** Se recorda? É porque na época eu não participava do conselho. O que eu vi nos arquivos dos ofícios do conselho foi o pedido do nosso antigo secretário Vasny, que tinha essa preocupação, reiterando alguns outros ofícios e informações. Eu não vi informação de volta. **Conselheiro Higner:** eu tenho a impressão que isso foi mais atrás um pouquinho, porque deve ter vindo uma vez e voltado. Estou quase certo que numa segunda vez que veio nós aprovamos sem mexer em nada. Eu vou levantar isso nas atas, porque eu só posso fazer essa afirmativa lendo as atas. **Presidenta Emilene:** Como está aqui na pauta uma formação de comissão, não necessariamente como diz o regimento de até cinco, vocês podem escolher dois, três conselheiros para fazer uma diligência junto à PGM para esclarecer e na próxima reunião trazer um parecer e se for o caso oficial. Vamos ver o que eles precisam. Se precisam de algum apoio técnico. Se eles estão com dúvida. Porque realmente só os técnicos, os arquitetos, os engenheiros, ambientalistas podem esclarecer. **Conselheiro Joaquim:** Nós temos duas lembranças. Uma lembrança que pode ter havido alguma modificação, por isso foi para lá e a outra de que não houve modificação. Então é uma situação contraditória. O ideal seria ver esse ofícios que foram encaminhados, saber o trâmite todo. Saber o número do processo e averiguar. Isso é uma coisa que pode ser feita até em nível interno da secretaria de Desenvolvimento Urbano. Acho que nem precisa se comissão, até porque a gente vai ter muita coisa para poder informar. Tomara que esse conselho seja diferente, porque o pessoal costuma ser refratário. **Presidenta Emilene:** Eu entendo. Ofícios já foram feitos, já verifiquei, mas eu entendo que assim os conselheiros teriam uma proximidade maior com o assunto. Quem sabe ao invés da gente está tratando de ofício para ofício, a gente vai lá e conhece. **Conselheiro Higner:** Eu tenho todas as atas de 01 à 59, faltando cinco que eu não achei no diário. São cinco lá de 2007. Eu tenho a impressão que a aprovação está em uma das atas. Um simples exercício nosso, claro que não agora, pra ver se está. Eu tenho a impressão que está na ata. Já estaria resolvido se aprovou ou não. Aliás eu vou falar sobre transparência, porque quando chegar o item oito eu gostaria de fazer algumas sugestões. Eu gostaria de passar para a presidente as atas que eu tenho cópias. Aqui tem as atas de 01 à 59, faltando cinco. Então

seria muito fácil saber sem demandar correspondência para lá e pra cá. As atas, eu tirei do diário oficial. **Presidenta Emilene:** Tudo bem, está recebido. **Conselheiro Marcos Fabre:** Eu gostaria de referendar a proposta do companheiro Higner em relação a secretaria executiva oficial e trazer informações e em cima disso sim, se for necessário montar uma comissão. Como Higner falou já foi aprovado, já foi encaminhado. É só ver o andamento se precisa de mais alguma coisa. Acho desnecessário uma comissão neste instante para esse assunto. **Conselheiro Carlos Roberto:** Referente a formação de comissão, sou favorável. **Conselheiro Delandi:** Eu entendi a proposta da presidente. O ofício tornar-se muito frio, um contato frio, apesar de ser oficial. O que registra realmente é o ofício, mas a preocupação da presidente é que quando vai uma comissão consegue trazer uma resposta. Essa resposta nós estamos precisando dela. Então como disse o nosso conselheiro, é pra ontem. Eu sou favorável a uma comissão, faça de uma, duas pessoas. Ou que incuba o secretário executivo do conselho a ir buscar essa informação e trazer para o conselho. Acho que isso é fundamental e se há necessidade de encaminhar mais um ofício, que se leve em mãos e que traga a resposta. **Presidenta Emilene:** Exatamente conselheiro Delandi. A proposta é essa, porque nós já vimos alguns ofícios e nós precisamos ter esse contato a mais com o assunto. Então, o ofício nós já passamos. Nós vamos mandar mais um? O conselho é que decide. **Conselheiro Carlos Camisão:** Eu vejo o seguinte, nós estamos aqui por um fio para poder resolver. Houve um estudo, houve uma comissão que fez o trabalho e ele se encontra em determinado local. Nós precisamos apurar o que ocorreu pra poder nivelar todos os demais conselheiros e esse procedimento de repente podemos juntar duas propostas de encaminhar essa solicitação ao secretário executivo, que por acaso também é secretário de Desenvolvimento Urbano, juntamente com uma pessoa da comissão que estudou, porque aí vai ter conhecimento total do assunto, vai ver exatamente o que está ali definido. Então, eu queria sugerir que alguém que trabalhou na comissão do EIV se juntasse ao secretário, formando uma comissão de duas pessoas e ir até onde estão esses documentos e trazer um levantamento pra gente na próxima reunião desse conselho. **Conselheiro Higner:** Eu acho que Delandi foi muito feliz, me aclarou a ideia, Não interessa se já foi aprovado ou não. O certo é que eu vi na ata nº 60 que está a três anos na PGM. Eu estou me candidatando a essa comissão de três ou quatro pessoas para que a gente vá a PGM perguntar o que está acontecendo. Lá vamos ficar sabendo se aprovado ou não e vai ter que voltar. **Presidenta Emilene:** Façam um relatório. A questão das atas eu agradeço o envio e eu vou solicitar o secretário que hoje não está presente para fazer uma análise dessas atas e localizar pra gente onde está essa aprovação. **Conselheiro Joaquim Neiva:** Eu estou analisando o caráter oficial desse conselho. É uma reunião oficial, certo? A ideia de está três anos, mais de três anos, eu acho que são dois, não é uma proposta de reunião oficial. Então, nós não podemos aqui no conselho ficar no achismo, no que eu me lembro mais ou menos. Por isso que eu sugeri que buscasse o tramite, porque ao ponto que você manda uma delegação ir na PGM pra cobrar uma coisa em cima de eu acho que são três anos, dois anos, o que for. Ou se foi aprovado ou que não foi, não funciona. Coloca uma suspeita se alguma coisa está acontecendo, fica um negócio chato. Eu acho o seguinte, forma-se essa comissão não pra ir à PGM. Essa comissão para procurar o número do processo, como está o trâmite, porque parece que não, mas faz diferença. Digamos que mais a frente o problema é a PGM. A PGM está engavetando, tá segurando. Se ficar confirmado, aí é outra história. Precisamos ter posições oficiais, porque essa é uma reunião oficial. Eu só queria isso pra reflexão de todos nós, pra gente entender isso, porque as vezes nós estamos na reunião do CPDM e não temos ideia do tamanho dessa reunião e da oficialidade disso aqui. **Conselheiro Carlos Camisão:** Eu acho que a gente podia colocar em votação e sugerir. Eu indico o conselheiro Higner e que também incluísse

nessa comissão alguém que trabalhou nesse projeto, eu acho importante. Incluir também a presidente para tomar ciência de tudo e trazer com grande tranquilidade para esse conselho qual é a situação de fato e compor essa comissão. Vamos colocar em votação.

Presidenta Emilene: Eu tenho a cópia do ofício assinado pelo Vasny, mas eu não trouxe. Eu gostaria que a gente tivesse essa proximidade com o assunto. Não se trata de desconfiança em hipótese alguma, mas as vezes eles estão precisando de uma ajuda.

Conselheiro Crisphiniano: Eu gostaria de sugerir que o Paulo Glória fizesse parte dessa comissão também, devido a situação dele, pelo cargo que ele ocupa.

Presidenta Emilene: Vamos colocar para aprovação. Quantos favoráveis a proposta?

Conselheiro José Alexandre: Eu liguei para a PGM e fui informado que esse projeto está na sala do Marcos Aurélio. Ele está disposto a mostrar a gente como está esse projeto.

Conselheiro Carlos Camisão: Mas essa comissão é pra isso mesmo, só pra saber como está. Ver se está precisando de alguma ajuda.

Presidenta Emilene: A gente vai formar essa comissão pra termos conhecimento. Pra ver se está precisando de ajuda. São propostas que foram votadas e até agora não temos resposta disso. A gente não pode deixar essa pendência e coloca em votação.

Conselheiro Rogério Casaes informa que o resultado da votação ficou da seguinte forma: Num total de 22 conselheiros, 17 foram favoráveis, 01 contra e 04 abstenções.

Conselheiro Carlos Camisão informa quem são os conselheiros à participarem dessa comissão: Emilene Rovetta, Higner Mansur, Paulo Glória, Débora Moura e Isabela Romanelli.

Presidenta Emilene apresenta o terceiro ponto da pauta referente a reestruturação das oficinas de zoneamento. Segue informando que essas oficinas tratam de estudo de novos zoneamentos em todo o município de Cachoeiro de Itapemirim. Nós precisamos de criar e regulamentar novos pontos não delimitados. Por sugestão da servidora Goreth Camisão e foi assim aprovado, ela nos auxiliou e mandamos vários ofícios para entidades indicarem os seus conselheiros representantes e também poderia ser não conselheiros, mas que fossem pessoas capacitadas. A maioria dos órgãos oficiados não respondeu. Então, nós precisamos reestruturar tudo isso, porque Cachoeiro exige essa urgência. Temos muitas áreas a serem regulamentadas e até hoje, acredito que há mais de seis meses e a gente não conseguiu formar. Emilene continua a leitura da proposta de estrutura das oficinas de trabalho. Explicou que na coordenação está Maria Goreth e João Batista da São Camilo. Só que a São Camilo não foi inscrita e muito menos eleita para esse conselho. A São Camilo tinha o interesse pela logística que ia dar a essas oficinas e precisamos reestruturar. Eu conselheira entendo que é de suma importância a coordenação de Goreth Camisão, mas vai se essa servidora tem essa vontade de permanecer na coordenação.

Conselheiro Carlos Camisão: Eu sei que a servidora está afastada de toda atividade do PDM. Então, eu preciso saber se o secretário Paulo Mendes Glória liberaria a servidora para participar disso. Eu só estou lembrando, porque o afastamento foi aqui dentro do conselho. Eu preciso saber se ela quer, porque ela sempre demonstrou ser dedicada ao PDM. Agora, ela não pode ir contra também um direcionamento administrativo. É preciso primeiro resolver com o secretário da pasta.

Presidenta Emilene: A SEMDURB no regimento e na lei deve dar todo apoio técnico ao conselho, mas também vamos fazer essa consulta. Então entende-se que a secretaria está à disposição do conselho. Vamos fazer esse questionamento a Maria Goreth, se ela pretende permanecer na coordenação. Quem conhece sabe que essa estrutura foi aprovada pelo outro conselho, muito bem elaborado. Aliás, ela pensou todo esse zoneamento e nós ratificamos a ideia.

Conselheiro Crisphiniano: A Goreth sempre foi dedicada, organizada e nos deu um apoio tremendo. Eu em algumas vezes que a encontrei, ela demonstrou realmente que se dedica a isso aqui. Então, nós devemos fazer essa solicitação.

Presidenta Emilene: Continua fazendo a leitura da estrutura e esclarece que a OAB ao receber o convite para participar, logo respondeu e indicou na época o

Dr. Nilton Costa quando não era conselheiro. Éramos eu e Dr. Rubi, mas indicou o Dr. Nilton Costa para apoio técnico. Disse que a estrutura das oficinas já estavam definidas, mas talvez precise remanejar, porque alguns talvez não estejam no conselho. **Conselheiro Carlos Camisão:** Pede para fazer a leitura mais devagar, porque depois irão partir para reestruturação se for o caso. Ou então, a confirmação dessas composições. **Conselheiro Yuri:** Sugere que a secretaria de Habitação participe da oficina 03, sobre parcelamento. **Conselheiro Camisão:** Nessa dinâmica nós estamos relatando o que já estava e o próximo passo refazer a reformulação. Eu tenho também outras sugestões. **Presidenta Emilene** continua lendo a estrutura das oficinas. Aqui nós temos a estrutura original aprovada. No entanto, nós temos novas entidades, novos colaboradores e a proposta é justamente essa. Vamos reestruturar? Vamos ter mais compromisso em indicar. **Conselheiro Luiz Carlos:** Eu queria fazer duas considerações. A primeira com relação a consulta acerca da Maria Goreth para coordenação dos trabalhos. Eu penso que esse conselho ao invés de consulta, quero sugerir que esse conselho indique Maria Goreth. Que fale do desejo de ter a servidora Maria Goreth na coordenação dos trabalhos. Aí fica a critério do secretário da pasta e também da servidora. Pelo que eu percebo aqui existe um consenso que ela continue na coordenação do trabalho. A segunda consideração é com relação a reformulação das comissões. Como são trabalhos extremamente técnicos, eu acho que receber por e-mail e ter um prazo para saber qual entidade nós queremos acrescentar, além dessa aí e quais dessas entidades que estão na estrutura querem participar. É algo muito técnico, precisa parar para avaliar. Quem tecnicamente pode participar. Ai eu já vi que duas agencias precisam estar presente. Assim, do ponto de vista de ouvir, mas não consegui entender ainda do olhar. Das oficina 01 e 05 vai participar, mas eu quero saber das outras. Qual a importância de nós estarmos ou não estarmos. Minha orientação é que encaminhe por e-mail. Dê um prazo para os conselheiros indicarem as pessoas ou entidades para participarem. **Presidenta Emilene:** Isso. A próxima reunião do CPDM é dia 10 de novembro. Eu encaminhei e-mail comunicando. Dia 27 de outubro de 2011, nós temos a comemoração do dia do servidor e então como nosso conselho é paritário, 50% do conselho estaria ausente. Eu não quero passar pelo que passei dia 29. Então a gente já reformula. Vossas Sras. Já estão previamente avisados. **Conselheiro Carlos Camisão:** É interessante a segunda observação do Luiz com relação a entidade ter a compreensão exata do que é enviar um representante, de querer participar de uma oficina de trabalho dessa aqui, porque a oficina de trabalho foi criada com intuito de exatamente acompanhar o dinamismo da cidade e as mudanças que são necessárias ao Plano Diretor Municipal, para que atende e oriente a cidade nesse sentido. Então foi devido nestes títulos que não necessitamos entrar nos méritos deles. Pode ser que no futuro a gente entenda que outros setores devem ser contemplados com oficinas ou que alguns estão demais. Mas o que eu gostaria de chamar a atenção é o seguinte: Nós precisamos discutir a presença dessa ou daquela entidade ou desse ou daquele representante, em função da própria familiaridade que ele tem com o assunto. No caso aqui área ambiental, mineral e tal. Eu acho que o SINDIROCHAS tem que está presente. Só estou dando um exemplo. Não quer dizer que é verdadeira, mas tinha que está em função de que nós só vamos conseguir resolver todos os nossos problemas de extração e tal se a entidade do setor patronal estiver participando. Em contrapartida nós temos o SINDIMAR-MORE para verificar que tenhamos um equilíbrio dessa discussão. Então é preciso que a gente também faça uma crítica da composição que está, e se não é necessário. Por exemplo expansão da cidade, uso do solo, perímetro urbano, crescimento de perímetro urbano. Ora, nós não só precisamos de alguns que estão na estrutura, mas eu acho que o CREA deve estar nesta discussão, porque envolve infraestrutura, envolve construção de infraestrutura na cidade, envolve estudo na cidade, estudo para esse crescimento. O

IDAF poderia estar na área de agropecuária do desenvolvimento rural. Então eu acho que também nós temos que fazer essa reflexão. Essa reflexão pode ser feita como foi sugerido através de e-mail, pra gente ganhar o tempo de hoje. **Presidenta Emilene:** Camisões as oficinas são extensas, mas nós precisamos trazer aqui como pilar as propostas que foram enviadas por e-mail e localizar este e-mail. E-mail do CPDM por exemplo. Então eu estou sugerindo uma forma de operação para que a presidência do conselho envie essas oficinas do jeito que estão e que a gente de posse das entidades faça uma sugestão de mudanças e envie de volta para o e-mail do CPDM. **Conselheiro Joaquim:** Pede que o convite às entidades sejam feitas oficialmente as entidades, com justificativa da importância de sua participação nessas oficinas. **Presidenta Emilene** concorda. **Presidenta Emilene:** Alguém mais que se manifestar? **Conselheiro Rogério:** Então fica sugerido que seja encaminhado por e-mail a estrutura original para aos conselheiros analisarem e se manifestar? **Conselheiro Carlos Camisão:** O apoio técnico está formado exclusivamente pelo conjunto de funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, ótimo! Mas nós temos outras secretarias importantes, cujos assuntos talvez sejam interessantes. Que se questione a esses secretários quem seria a pessoa indicada. **Presidente Emilene:** Apesar de reiterados os ofícios as entidades aqui indicadas não responderam. Então a gente está com essa tarefa de casa. Vamos mandar o e-mail da estrutura para vocês olharem e fazerem uma sugestão. Não tem nenhum prazo mortal. Como é regimental, a gente discute e delibera em uma reunião. Fica o assunto obrigatoriamente para a pauta seguinte. **Conselheiro Higner:** Temos que saber quem não respondeu o ofício. **Presidenta Emilene:** Faremos a busca pra saber quem recebeu o ofício e não respondeu. **Conselheiro Carlos Camisão:** Para as entidades não ficarem condenadas, as vezes tinham razões. Agora de repente essa entidade quer participar. **Conselheiro Joaquim:** diz pra não ficar insistindo, porque eles vem em algumas e depois some. **Presidenta Emilene:** Todos concordam? É unânime o envio do e-mail. **Presidenta Emilene:** O quarto ponto da pauta é sobre a nova comissão temporária para análise de processo. Aproveitou a oportunidade e informou sobre o processo protocolado sob nº 32088/2011, que tem como requerente Diocese de Cachoeiro de Itapemirim-ES, que é o sexto ponto da pauta. Após exaustiva discussão ficou decidido que farão parte dessa comissão os conselheiros Joaquim Neiva, Débora, Paulo Glória, Emilene e Carlos Camisão. Ficando a escolha do coordenador e relator para depois. **Presidenta Emilene:** O quinto ponto da pauta referente a Formação de GT (Grupo de Trabalho) para regulamentação de Zonas Naturais. **Conselheira Fabiana** após esclarecer sobre o que se trata, sugeriu que esse assunto fosse incluindo na oficina de trabalho, referente ao item nº 03 da pauta, já que tem haver com o assunto da mesma, ou seja revisão da Zona Natural. **Conselheiro Camisão** acha interessante a sugestão da conselheira Fabiana, que economiza para o conselho a formação de mais um grupo, sugerindo que esse assunto seja incluído na oficina nº 05 que trata de Proteção Ambiental, onde a própria facilitadora é Fabiana Caçador. Proposta que é aprovada por todos. **Presidenta Emilene** apresenta o sétimo ponto da pauta referente: Discussão: Desocupação de áreas públicas invadidas nos bairros, inclusive em áreas de preservação permanente, e ainda nas calçadas públicas pelos camelôs e vendedores ambulantes. **Conselheiro Flávio Fricks** informa aos demais conselheiros sobre algumas invasões de áreas públicas no município. É demonstrado através de fotos algumas invasões. **Conselheiro Rogério** informa sobre a prorrogação do horário da reunião até às 18:00h. **O servidor Cidinei** da SEMDURB informa a todos que a secretaria tem conhecimento do assunto desde o dia 29 de setembro e no dia 30 o Sr. Flávio enviou um e-mail com essas fotos e localização exata das invasões. Nós encaminhamos para a fiscalização de obras, onde fiscais iriam avaliar a situação. Segundo eles é um lugar difícil e de risco para a população. A fiscalização de obras,

juntamente com a guarda municipal agendaram um levantamento da situação, para avaliar se é área de preservação. Eles agendaram essa visita para quarta-feira próxima, às 8:00 h da manhã. Nesse levantamento será feito um diagnóstico da situação e tomadas providências cabíveis. **Conselheiro Flávio** agradece pela resposta que será comunicada à comunidade. **Cidinei** esclarece que não existe um processo sobre essa situação, mas faremos contato com o senhor Flávio que fez a denúncia, que enviou e-mail e fotos. Nós vamos relatar a situação e faremos contato com o Sr. Flávio que fez a denúncia. Vamos relatar a situação com o procedimento que a secretaria vai tomar. Se é da competência da SEMDURB ou do Meio Ambiente, seja quem for envolvido com a situação para dar uma resposta ao Sr. Flávio. **Presidente Emilene** pede ao Sr. Cidinei que para a reunião do dia dez de novembro traga essa pesquisa para os conselheiros tomarem conhecimento. **Conselheiro Marcos Fabre** diz: Casos outros casos eventuais aconteçam, se existe algum procedimento específico ou se a pessoa pode ligar para 156 e fazer a denúncia, ou se tem alguma forma de estar encaminhando essas situações irregulares. **Cidinei** informa que a denúncia é no 156, que repassa para o subsecretário. Também pode ser feito via protocolo que será encaminhado para a secretaria e responderemos aquilo que for necessário. **Conselheiro Carlos Camisão** informa que a denúncia deve ser encaminhada à Secretaria. **Presidenta Emilene** informa que o CPDM não é o lugar apropriado. **Conselheiro Joaquim** diz ser uma questão tão controversa. O que alguns consideram invasão, outros consideram ocupação. Vamos sugerir que retire o pessoal de lá e colocar este pessoal aonde? Porque a constituição diz que todo mundo tem direito à vida, habitação, saúde. Se o estado que neste caso que somos nós aqui, decidirmos por algo, nós vamos ter que cumprir a constituição brasileira. Então, é uma questão muito complexa. Por outro lado, eu coloco a inexperience. Uma questão como essa teria que vir ao conselho de uma forma diferente, não por indicação por um conselheiro específico. Talvez por entidades ou então não ser colocado na pauta. Ser de viva voz na plenária. O conselho deveria registrar, é um documento oficial. Fica registrado e o poder público vai olhar e vai agir. O CPDM deve registrar e a secretaria tomar providência. **Presidenta Emilene** diz cabe ao CPDM fazer essa vigilância. Vamos agilizar essas discussões. O Cidinei já deu o encaminhamento, vai dar resposta. Porque não tem nenhuma sugestão de estudo, não tem nenhum conflito. Ao Flávio foi dada essa oportunidade. Eu sei que muitos também vão ter essa confusão de poder trazer algum tipo de assunto para o conselho, mas ele é válido e o conselho não vai fechar os olhos para isso. Eu acho interessante a indicação do conselheiro Carlos Camisão, mas nós vamos tratar dos assuntos com maior agilidade, porque não temos mais conselheiros para falar. **Conselheira Marcela**: Eu irei falar do caso do Bairro Gilson Carone específico, porque eu tenho conhecimento. A questão, como o Conselheiro Joaquim levantou, não cabe a constituição prever o direito à habitação, por ela prever o direito à propriedade. Se a gente for levar em consideração que aquilo ali é uma invasão do ano passado pra cá e quem lida com habitação de interesse social nos bairros carentes sabe que essas invasões ocorrem em apenas um final de semana eles constroem uma casa. O que acontece? Ali a gente não pode contemplar falando, vamos optar por retirar, porque a possibilidade técnica ali, se fosse considerar um caso de ocupação indevida do solo, que aí é uma diferença, nós teríamos três possibilidades: **1ª**. Indenizar com dinheiro e a prefeitura vai lá e avalia; **2ª**. Indenizar com outro imóvel equivalente e **3ª**. Simplesmente pedir para que as famílias fossem relocadas por nós com outro projeto de habitação. Bom não cabe ali, porque a área foi invadida ano passado e foi muito rápido. A área de preservação permanente tem que avaliar o contexto. São famílias que precisam? Mas nós temos uma série de famílias no Município que precisam de casa popular. Aí eu degrido um patrimônio, uma propriedade em detrimento de um, só porque ele tem direito à habitação, mas e os demais? Eu acho que

a análise do problema tem que ir um pouco mais a fundo, diferentes de casos que a gente tem de ocupação de área verde dentro do bairro Gilson Carone que ocorreram antes de 2007. Com o decurso do tempo passa-se a avaliar a ocupação do solo. Com isso a gente tem a obrigação de regularizar aquelas famílias, dando infra estrutura, qualidade de vida e cidadania. Ai sim você agi ali com o poder público que foi omissa na fiscalização, diferente deste caso que a gente pode ainda correr e tirar. **Conselheiro Carlos Camisão:** Eu volto a dizer que temos que somente registrar e indicar para o poder público municipal, executivo a ocorrência. Nós não temos que legislar sobre isso. Existe a secretaria de habitação, de obras, de desenvolvimento Urbano. Nós não temos que discutir isso aqui. Temos apenas que informar enquanto CPDM que fomos mensageiros dessa denúncia. **Conselheiro Marcos Fabre:** Eu acho que qualquer denúncia o executivo tem os mecanismos para apurar. Eu me preocupo muito das pessoas começarem a trazer os problemas diretamente para cá. Porque na medida que você encaminha uma reclamação via CPDM isso ganha um outro peso e isso é desigual com as outras reclamações. Então eu acho que tem que ter uma divulgação, talvez através de resolução, porque existe a lei, a prefeitura e os mecanismos que possam ser alocados. **Conselheiro Hingner Mansur:** Eu acho que foi ótimo a intervenção da Secretaria de Habitação, que vai na linha do meu pensamento. Quero parabenizar o Flávio, porque não é só lá, mas em toda Cachoeiro. Aqui é um fórum adequado, esse é um problema sério. **Conselheiro Carlos Roberto:** A conselheira citou que apenas em uma semana se levanta uma casa. Todas as secretarias funcionam apenas 8 horas. Existe Lei de 24 horas. Você tenta entrar em contato com alguma secretaria depois das 17:00h e não consegue. Você chega lá na casa da pessoa, e já está com a laje já batida e o cidadão já morando. Ai para retirá-los, somente com a justiça. Nos estamos aqui como conselheiros e também como cidadãos. O problema está lá fora, mas nós temos que achar o caminho certo sem distinguir qual secretaria que vai resolver. O importante é achar o caminho e a solução. **Conselheiro Carlos Camisão** lembra que fez um encaminhamento em tirar do CPDM um comunicado à administração das denúncias que foram feitas, porque a única coisa que a gente pode fazer é isso. Se formos requisitados para fazer um estudo de como resolver invasões, nós podemos até fazer, mas isso é poder de polícia da prefeitura. Ela tem que estar presente. Todos loteamentos clandestinos só são clandestinos por falta de poder de polícia da prefeitura e não é só dessa prefeitura, é de todas prefeituras. Não estou dizendo que isso aqui não é fórum. Eu estou dizendo que a gente estuda aqui alteração de lei que vai impactar toda cidade. Qual a lei que nós vamos estudar aqui, que não vai ter invasão? Isso já está escrito na lei. Eu acho que enquanto conselho podemos encaminhar ao executivo. O Cidinei já disse que está tomando as providencias. Eu não estou contra, mas nós seremos câmara municipal, seremos executivo municipal ou seremos secretaria. Isso aqui é conselho do Plano Diretor Municipal. **Presidenta Emilene:** Nós pretendemos fazer palestras para orientar os novatos sobre o conselho e a função do PDM. Vamos aos Informes. **Conselheiro Hingner Mansur** diz: Aproveitando os informes, esse CD que foi entregue possui todas as 59 atas aprovadas, faltando cinco, com data de aprovação, tudo conforme diário oficial. É um arquivo. A partir daí estou sugerindo que no site da Secretaria da Fazenda, que é ótimo. Muito concurso público que eu uso, porque sou advogado, também é ótimo. Estou propondo um link que apareça no Conselho do Plano Diretor, a lei do PDM, Estatuto da Cidade. Regimento Interno e todos os atos normativos, lei de criação do CPDM, todas as atas do CPDM desde do início para que quem quiser ter acesso ao PDM. Eu acho que todos conselheiros deveriam ter a lei do PDM impressa, que seja entregue a cada conselheiro. uma obrigação nossa colocar a disposição de todos os conselheiros e da sociedade essa informação básica. **Conselheiro Joaquim Neiva** esclarece que a lei já encontra-se no site da Prefeitura.

Conselheiro Higner Mansur diz que está incompleta. **Conselheiro Joaquim** diz que tudo está no site, completa, inclusive com os anexos. O estatuto da cidade não tem. Eu concordo quanto ao que está faltando, mas tem bastante coisa. **Presidenta Emilene** diz que solicitará do Secretário, Sr. Paulo César, para que a secretaria possa providenciar, se realmente acontece isso aí. Com relação a impressão, existe uma previsão de fundo financeiro, mas isso não foi criado. No final do conselho passado o secretário Paulo ficou de verificar qual era a viabilidade. Então, todos nós temos acesso a e-mail e foi passado por e-mail para os senhores arquivarem e ter uma leitura. Embora o conselho tenha suporte técnico da secretaria, falta ainda muita coisa pra gente está fazendo por falta de um fundo. **Conselheiro Yuri** diz que o telefone da AGERSA fica a disposição se ligar para 0800 da FOZ ou da AGERSA, certamente o telefone celular de algum funcionário de plantão de final de semana vai atender, é só um aviso e gostaria que fosse registrado e registrar também que a AGERSA fez uma parceria com a COPPE, coordenação de engenharia da federal do Rio de Janeiro para o estudo tarifário do município e junto com esse trabalho estamos dando início a um estudo de polo geradores de tráfego e oportunamente a secretaria de desenvolvimento, secretaria de transito estão convidadas para compor esse grupo de trabalho. O produto desse trabalho vai ser compartilhado com CPDM. **Presidenta Emilene** Muito obrigada. Quero registrar a presença do nosso vereador Wilson Dille, muito obrigado por está aqui prestigiando nossa reunião. Seja bem vindo, volte em outras reuniões e se quiser se manifestar em algum assunto, tenha a oportunidade. **Vereador Wilson Dille** agradece e parabeniza o Conselho pelo trabalho prestado. Encerra-se a reunião às 18:00 horas.

01) Emilene Rovetta da Silva _____

Débora Maria Moura Carias _____

02) Delandi Macedo _____

Fabiana Ramos Dias Caçador _____

03) Luiz Rogério Ramos Casaes _____

04) Marco Antonio Carvalho de Oliveira _____

05) Joaquim Neiva de Rezende Junior _____

06) Antônia Marcela Minto _____

07) Paulo César dos Santos _____

08) José Alexandre Cheim Sader _____

09) Luiz Carlos de Oliveira Silva _____

Yuri Gagarin Sabino _____

10) Fábio Corrêa Gonçalves _____

11) Leandro Vianna Silva Souza _____

12) Laudemir Rangel Rodrigues _____

13) Higner Mansur _____

14) Aguinaldo José Grillo _____

Amarildo Siqueira de Oliveira _____

15) Carlos Heugênio Duarte Camisão _____

Ronio Linhares de Oliveira _____

16) Ruberval da Silva Rocha _____

17) Flavio Figueiredo Fricks _____

Carlos Roberto Rabelo _____

18) Jacques Douglas Dansi _____

19) Marcos Antônio Lemos Fabre _____

20) Jairo de Freitas Di Giorgio _____

21) Crhispiniano Francisco dos Reis _____

22) Isabela Romanelli Garschagem _____

Roney Falqueto _____
